

INFORME ECONÔMICO

■ CRISTIANO ROMERO

Efeitos colaterais do pacote

O pacote fiscal terá um efeito perverso sobre um dos setores mais sensíveis e vulneráveis da economia brasileira: as exportações. Trata-se do aumento das alíquotas da Cofins, de 2% para 3%, e da CPMF, de 0,20% para 0,38%.

A Cofins, como se sabe, incide sobre o faturamento das empresas e a CPMF, sobre as transações financeiras. Os dois tributos são regressivos, isto é, ignoram a capacidade de pagamento dos contribuintes e incidem em cascata, ou seja, sobre cada etapa do processo produtivo.

Por força de uma lei de autoria do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), há dois anos os exportadores vêm sendo resarcidos parcialmente da cobrança da Cofins e também do PIS. Juntas, as duas contribuições chegam a 2,56% do faturamento. Com o pacote, passarão a 3,56%, sendo que a compensação está restrita a 2,56%.

Quando preparou as medidas, o governo ignorou a compensação dada atualmente ao setor exportador. Idealizador do resarcimento, Rigotto diz que vai conversar sobre o assunto com o ministro da Fazenda, Pedro Malan. É provável que o governo ceda nesse ponto. Se o fizer, não estará contrariando a lógica do ajuste a que o Brasil será submetido nos próximos três anos.

"Estima-se que o aumento da CPMF e da Cofins elevará, entre 1,5% e 2%, o custo das exportações", diz o ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni. "Este é o aspecto negativo do pacote." Essa elevação de custo consumirá uma parcela expressiva do ganho que os exportadores estão tendo este ano, por exemplo, com a desvalorização da taxa real de câmbio (cerca de 5% em relação ao dólar).

"O ajuste fiscal afeta negativamente, embora temporariamente, a competitividade da economia brasileira. Precisamos mais à frente de um ajuste pró-competitividade, com a aprovação das novas versões das reformas previdenciária e tributária", diz Langoni.

Metas de exportação sujeitas a revisão

De fato, não faz o menor sentido o país perder competitividade externa neste momento. A crise estancou o crédito internacional, tornando ainda mais importante a redução da necessidade de financiamento externo, o que passa, obrigatoriamente, pela eliminação do déficit comercial.

A lógica do pacote recém-lançado traz embutida essa perspectiva, tanto que o governo está prevendo queda de 1% do PIB em 1999. A recessão é um instrumento usado pelo governo para conter as importações e aliviar a pressão sobre as contas externas. Logo, não parece racional adotar medidas que desestimulem as exportações.

O governo, antes da crise, projetava crescimento médio de 15% ao ano das exportações até 2002, elevando-as para US\$ 100 bilhões. O cálculo não é aleatório. Reflete a necessidade de equilíbrio futuro no saldo das contas externas, contabilizando as previsões de pagamento dos juros e do principal da dívida externa nos anos vindouros.

Essas metas certamente serão revistas. Sem contar com o aumento de custo provocado pelos impostos, Langoni lembra que, no próximo ano, a economia mundial crescerá menos e a tendência é não haver recuperação nos preços das commodities.

O diretor de Comércio Exterior da Fiesp, Luiz Fernando Furlan, pondera que a participação das exportações no PIB é pequena – cerca de 7% – quando comparada à de outros países em desenvolvimento. Desonerar as vendas externas, diz o empresário, não afetaria uma parcela muito grande do PIB. Portanto, não prejudicaria o pacote.

Há pouco mais de duas semanas, durante jantar no Palácio da Alvorada, Furlan alertou o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o problema. O curioso é que tanto Rigotto quanto Langoni e Furlan apoiaram fervorosamente o ajuste fiscal proposto pelo governo. Querem apenas promover o debate para aperfeiçoar o pacote.